

Lenin: a questão agrária na Rússia

LIGIA MARIA OSORIO SILVA*

As peculiaridades do Império Russo e a reforma de 1861

Três características principais distinguiam as relações agrárias do Império Russo, no final do século XIX, das de seus congêneres europeus: ele foi o último Estado europeu a abolir a servidão; a comuna camponesa russa (*mir*)¹ mantivera-se até meados do século XIX pouco alterada e, enfim, ele possuía imensa área de terras desocupadas que constituíam um fundo de colonização de implicações importantíssimas para o seu ulterior desenvolvimento.

O descompasso entre a evolução econômica da Europa Ocidental e Oriental tinha sido notório. Enquanto a Europa Ocidental, no final da Idade Média, evoluía para uma sociedade calcada nas trocas mercantis e onde o feudalismo começava a desintegrar a economia camponesa comunal e a introduzir o chamado “individualismo agrário”, a Europa do Leste manteve o regime servil, que lá chegou tardiamente (no século XVI, com a chamada “segunda servidão”), até meados do século XIX (Skazkine, 1970, p.15-46). A derrota infligida na batalha de Iena (1806)

* Professora do Instituto de Economia da Unicamp.

1 O *mir* era uma comunidade de aldeia que tinha poder sobre as terras dos camponeses e as distribuía entre seus membros segundo diversos critérios que supostamente mantinham certa igualdade entre as famílias camponesas. Para efeito de distribuição, a unidade era a família. Calcula-se geralmente que no começo do século as glebas assim distribuías representavam cerca da metade das terras cultivadas; as terras restantes eram: terras dos proprietários rurais, dos camponeses desligados do *mir*, as terras de colonização (principalmente situadas nas regiões conquistadas havia um século pela Rússia czarista), e as terras do Estado, da coroa e das instituições religiosas (Bettelheim, 1979, p.190 e 193-194).

por Napoleão à Prússia levou-a a começar uma reforma agrária que somente se ultimou em 1848, com a abolição da servidão nas regiões onde ela ainda persistia.

A Rússia, entretanto, que não se abalou com as revoluções de 1848, manteve seu antigo sistema agrário até a emancipação dos servos na reforma promulgada por Alexandre II em 1861.² Essa reforma previa que os senhores venderiam aos camponeses as parcelas de terras que eles já ocupavam. Por sua vez, o Estado pagaria aos senhores uma quantia a pretexto de indenização pelas terras “perdidas” com a venda aos camponeses. Quanto ao estatuto destes, estabeleceu-se um estágio transitório: não adquiririam o direito de propriedade privada sobre a terra comprada, permanecendo como membros de uma comuna e de um grupo doméstico. A comuna continuava responsável pela distribuição da terra aos grupos domésticos e seus integrantes. Os membros da comuna pagariam um imposto coletivo (“responsabilidade coletiva”) e ninguém poderia renunciar às obrigações de sua comuna, mesmo estando incluído na minoria que conseguia permissão para residir em outro lugar. Entre as outras obrigações mantidas pela comuna, estava assegurar o pagamento do débito contraído com o Estado pelas terras adquiridas dos senhores. Este estágio transitório, que deveria ser breve, perdurou por muito mais tempo que o previsto.

Durante o processo de emancipação, o campesinato foi expropriado de uma parte de suas terras, as quais, chamadas de *otrezki*, passaram aos senhores, deixando os camponeses com terra insuficiente (cerca de três quartos deles dispunham de menos de 25 acres) e sem a possibilidade de usar a maior parte das florestas e das terras comuns. O objetivo da medida era justamente obrigá-los a trabalhar nas terras dos senhores para garantir sua subsistência. Em muitos casos precisaram recorrer ao aluguel da terra dos senhores ou dos *kulaks*. Em certas regiões faziam-no em troca de prestação de trabalho, revivendo em parte a antiga corveia. Em outros casos empregavam-se temporariamente como assalariados nas indústrias ou no campo para complementar a renda familiar (Kemp, 1987, p.153). Tanto nas terras do Estado como nas propriedades dos senhores, os antigos servos continuaram obrigados a empenhar boa parcela dos seus rendimentos no pagamento de impostos e no ressarcimento das terras recebidas. De um modo geral, a terra foi avaliada acima do preço de mercado. A insatisfação gerada pela reforma foi grande, uma vez que os camponeses consideravam que estavam pagando por terras que já eram deles (Gerschenkron, 1976, p.119).

Com os pagamentos elevados a que estavam obrigados e a insuficiência de terras que receberam, o êxodo rural poderia ter sido uma opção, o que no médio prazo facilitaria a industrialização. Não foi, entretanto, o que ocorreu, graças

2 Como o conceito de feudalismo aplicado à época medieval russa era objeto de contestação, Lenin inicialmente usava o termo russo *krepostnoi* (relativo à servidão) ou *kreposnitchevo* (conjunto de relações ligadas à servidão) para caracterizar o regime econômico pré-capitalista russo (Lenin, 1966b, p.39). Mas em 1911 usa o termo “feudal”, mesmo não o considerando inteiramente correto, porque era o termo corrente na Europa (Lenin, 1968, p.143).

aos dispositivos na lei que obrigavam os camponeses a ficar na comunidade. Se saíssem seriam obrigados renunciar suas terras e ainda assim continuar efetuando os pagamentos devidos. Dado que a comuna distribuía as terras aos camponeses de acordo com o número de membros da família, caso um membro partisse, a família receberia menos terra. Como comenta Gerschenkron (1968, p.120-121), essa era, do ponto de vista capitalista, uma das irracionalidades do sistema: para obter um fator escasso (a terra), os membros do *mir* eram obrigados a reter um fator abundante (a mão de obra).

A preservação do *mir* e, com ela, dos campos abertos e dos trabalhos coletivos da agricultura tradicional travava o processo de mudança tanto dentro da agricultura como fora dela, entretanto, até 1893, isto é trinta anos após a emancipação, o governo ainda estava decidido a preservar a comunidade de aldeia, como comprova a lei que fez passar nesse ano. Tratava-se de impedir que os camponeses, mesmo com dívidas quitadas, abandonassem a aldeia sem a aprovação de 2/3 dos membros desta. Ao mesmo tempo, a venda de terras a não camponeses para fixação e exploração era proibida. Submetidos à dupla pressão da insuficiência de terras e da magnitude das cargas financeiras, pouco sobrava aos camponeses para investir na produção. A produtividade continuou baixa. Gradualmente, as relações comunitárias começaram a ser minadas, provocando um processo de diferenciação da massa camponesa.

Lenin: O desenvolvimento do capitalismo na Rússia

A polêmica entre ocidentalizadores e eslavófilos era antiga na Rússia, mas ressurgiu com força em meados do século XIX em torno dos destinos da comuna rural russa. Havia em vários setores da sociedade uma expectativa de que a comuna camponesa poderia se manter no futuro, independentemente do caminho que a Rússia trilhasse. À esquerda, os populistas³ acreditavam que ela poderia ter um lugar na construção do socialismo. À direita, acreditava-se que ela era compatível com o desenvolvimento capitalista. A essência do pensamento dos populistas era que a Rússia não precisaria passar por uma fase de capitalismo para atingir o socialismo. Para eles (como para uma parte da direita, mas por razões diversas), a comuna camponesa era dotada de qualidades que tornavam indesejável sua substituição pela economia e democracia ocidentais. Essas qualidades, como a democracia direta e a proteção dos indivíduos pelo coletivo, deveriam ser preservadas, pois continham a semente do socialismo futuro.

Os populistas e os socialistas-revolucionários buscaram apoio em alguns escritos de Marx e Engels. Por exemplo, no prefácio à tradução do *Manifesto*

3 O populismo ou corrente *narodniki* era um movimento revolucionário do século XIX que preconizava uma revolução camponesa fiel às particularidades e tradições nacionais russas. No século XX, os socialistas revolucionários, adeptos da ação terrorista contra membros do governo e da família imperial, foram seus continuadores e tinham sua base social no campo (Bettelheim, 1979, p.109-110).

comunista em russo, de 1882, Marx e Engels (1961, p.16) escreveram: “Se a Revolução Russa dá o sinal para uma revolução proletária no Ocidente, de modo que as duas se completem, então a propriedade comum do solo na Rússia pode tornar-se o ponto de partida para um desenvolvimento comunista”. Também na célebre carta a Vera Zasulitch, Marx (1968, p.1572) menciona as vantagens do atraso, embora no mesmo texto tenha assinalado a existência de forças tanto internas quanto externas que agiam no sentido da decomposição do *mir*, observando que “a comuna rural” estava “quase reduzida a nada”. Por sua vez, Engels (1972, p.432), em 1894, afirmou que no decorrer do tempo escoado “o capitalismo e a decomposição da comuna camponesa fizeram enormes progressos na Rússia” (Bettelheim, 1979, p.191).

Em 1896, Lenin escreveu *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*⁴ para avaliar os efeitos práticos das mudanças no agro russo e criticar a ação da reforma governamental, mas também para responder às teses populistas. As críticas se dirigiram contra a política czarista (a “direita”) e as propostas políticas dos populistas (a “esquerda”). Contra a reforma czarista, porque era insuficiente e não quebraria todos os grilhões feudais. Contra, por outro lado, a tese populista que atribuía características socialistas à comuna rural, porque ele achava inelutável a decomposição das relações comunitárias. Na verdade, aproximava as duas posições em confronto, pois escreveu inúmeras vezes que as sobrevivências da servidão que pesavam sobre o agro russo não estavam somente nos grandes latifúndios, mas também na comuna rural russa (Lenin, 1967a, p.445).

Para Lenin, não obstante a existência de resquícios feudais, o mundo do agro estava investido pelo modo de produção capitalista. Procurou prová-lo através de uma espécie de radiografia da situação rural russa, utilizando abundantes dados estatísticos. Esses dados mostravam que a produção para o mercado dominava a economia rural, mesmo nas regiões mais atrasadas. A atividade do campesinato era subjugada por todas as contradições próprias das economias de mercado e do capitalismo: a concorrência, a luta pela independência econômica, a monopolização da terra (comprada ou arrendada), a tendência à concentração da produção nas mãos de uma minoria, a proletarianização da maioria e sua exploração pela minoria que dispunha do capital comercial e que empregava operários agrícolas. No arrendamento ou compra de terras, nas profissões auxiliares, na adaptação ao progresso técnico, em todos esses campos era a luta e a concorrência que prevaleciam.

Para sustentar sua tese, Lenin se deteve particularmente na análise de dois conjuntos de mudanças que para ele sintetizavam a questão do desenvolvimento do capitalismo no campo russo. Por um lado, a questão da decomposição do campesinato e o surgimento no seu lugar de novos tipos sociais e, de outro, a subordinação do capital comercial e usurário ao capital industrial.

4 De agora em diante *DCR*.

Decomposição do campesinato

A primeira mudança, a decomposição do campesinato, distinguia-se de uma simples diferenciação social introduzida pela reforma que abolira a servidão, pois provocava a polarização das classes no campo, fazendo emergir três categorias sociais. Em primeiro lugar, surgia o capitalista no campo, categoria que abarcava os camponeses enriquecidos, os cultivadores independentes que praticavam a agricultura mercantil sob todas as suas formas, os proprietários de estabelecimentos industriais e comerciais. Esses *kulaks* estavam na origem da classe dos arrendatários. Na Rússia, os *kulaks* arrendavam terras para o cultivo do trigo, que passou a ter um papel essencial nas suas explorações, às vezes mais importante do que a cultura nas suas próprias terras. O porte da propriedade ultrapassava as possibilidades exploratórias da agricultura familiar. O uso de diaristas passou a ser condição indispensável para a exploração funcionar. Os *kulaks* emprestavam dinheiro aos camponeses cobrando juros extorsivos e/ou investiam capital nas suas explorações, ou em terras. Numericamente representavam uma minoria, mas do ponto de vista do papel que exerciam no conjunto da economia camponesa, isto é, a parte dos meios de produção que possuíam e a parte dos produtos agrícolas que produziam (no conjunto da economia camponesa) tinham predominância absoluta no campo.

Em segundo lugar, após a abolição da servidão, abriu-se espaço para a existência de uma categoria de camponeses médios, entre os quais a economia mercantil encontrava-se menos desenvolvida. Sua posição era instável, pois oscilavam entre a prática de uma agricultura independente (anos bons) e a prisão por dívidas (quando a colheita era ruim). Muitos se viam forçados a se proletarizar, tornando-se assalariados dos *kulaks*. Com a intensificação das relações capitalistas, a tendência à proletarização foi maior. Por último, reforçava-se numericamente a classe dos operários agrícolas possuidores de um pedaço de terra ou sem terra. Lenin fazia questão de incluir os detentores de uma parcela de terra na categoria de proletário rural e explicava-o sem fazer apelo à especificidade do agro russo.⁵ Na Rússia, o operário agrícola típico possuía um pequeno lote de terras, cuja exploração não lhe garantia a sobrevivência, obrigando-o a alugar sua força de trabalho, inclusive nas “profissões auxiliares”, denominação um tanto vaga que Lenin aplica a todo tipo de trabalho não agrícola efetuado pelos camponeses mediante salário. Essa categoria (todos que não possuíssem um cavalo ou só possuíssem um), cujo nível de vida era muito baixo, reunia pelo menos metade dos lares camponeses, o que correspondia a 40% da população (Lenin, 1969a, p.183-185).

5 “A afirmação de que o capitalismo precisa de trabalhadores livres (expropriados) não deve ser entendida de modo mecanicista. A tese é válida porque define uma tendência fundamental. Mas a penetração do capitalismo é lenta e assume formas variadas. Os proprietários de terras têm interesse em que os assalariados tenham um pedaço de terra e é por isso que o operário agrícola dono de um pedaço pequeno de terra existe em quase todos os países” (Lenin, 1969a, p.185-186).

A decomposição do campesinato criava um mercado interno para o capitalismo. No grupo inferior formava-se um mercado para os bens de consumo. Mesmo consumindo menos que o camponês médio, e produtos de pior qualidade (batatas em lugar de pão, por exemplo), o proletário rural comprava mais. A formação e o desenvolvimento da classe dos capitalistas agrários criaram o mercado de duas maneiras: de um lado, o mercado dos meios de produção (mercado do consumo produtivo) porque o campesinato rico se esforçava para converter seus rendimentos em meios de produção, que ele acumulava a expensas dos proprietários empobrecidos e dos camponeses arruinados. De outro lado, ampliando a demanda de bens de melhor qualidade, pois assim que enriqueciam passavam a consumir mais.

As duas pontas opostas não paravam de se desenvolver. O crescimento do movimento migratório também dava um vigoroso impulso à decomposição do campesinato. Eram principalmente os camponeses médios das províncias agrícolas que emigravam (nas províncias industriais a emigração era insignificante). A migração, portanto, reforçava a decomposição nas regiões de onde partia e transportava sua semente para as regiões de colonização nova, como a Sibéria (onde os recém-chegados trabalhavam como assalariados) (Lenin, 1969a, p. 190).

Subordinação ao capital industrial

A segunda mudança era a gradual subordinação do capital comercial/usurário ao capital industrial (Lenin, 1969a, p. 192-194).⁶ No campo russo, o capital comercial e usurário desempenhava um papel importante (Goriouchkine, 1975, p. 29). A questão era saber se a usura acelerava ou retardava a decomposição do campesinato. O capital comercial e usurário historicamente precedeu o capital industrial e era uma condição necessária, embora não suficiente, para o surgimento deste. Como Marx deixou claro, a formação do modo capitalista de produção dependia do grau de solidez e da estrutura interna do antigo modo de produção afetado pelo desenvolvimento do comércio. Tanto assim que o desenvolvimento independente do capital comercial era inversamente proporcional ao nível de desenvolvimento da produção capitalista. Quanto mais desenvolvido (ou autônomo) fosse o capital comercial e usurário, menos desenvolvido era o capital industrial (Marx, 1977, p. 23-337).

Segundo os dados que levantou sobre a agricultura camponesa, Lenin concluiu que os camponeses ricos não investiam apenas no comércio e na usura, mas também em equipamentos, instalações, trabalho assalariado e terra. O capital era empregado, portanto, na produção. Argumenta que caso no campo russo o capital só existisse na forma usurária e comercial, os dados da produção não fariam aparecer a decomposição do campesinato nem a formação dos capitalistas agrários. O campesinato seria uma massa uniforme esmagada pela miséria da qual apenas

⁶ Naturalmente esse não é mais o caso na época do imperialismo e do advento do capital financeiro quando “a supremacia do capital financeiro sobre todas as outras formas do capital” modifica a situação (Lenin, 1987, p. 58).

sobressairia o usurário e apenas pela sua fortuna em dinheiro e não pelos seus empreendimentos. O desenvolvimento independente do capital comercial e do capital usurário era um fator de retardamento da decomposição do campesinato, mas à medida que o comércio se desenvolvia e aproximava as cidades e o campo, seu papel diminuía e o crédito bancário substituía o agiota.

Segundo Lenin, o desenvolvimento do capitalismo significava, sobretudo, a separação da indústria e da agricultura, momento essencial da divisão do trabalho e da formação de um mercado interno. Na Rússia, a desagregação do mundo rural e o nascimento de classes antagonistas no interior da comunidade aldeã – os capitalistas agrários e operariado agrícola – eram um aspecto fundamental da formação do mercado interno. Enquanto os proletários do campo, os grandes proprietários e os camponeses ricos dinamizavam o mercado de bens de consumo, o capitalista agrário criava, também, um mercado para os bens de produção, introduzindo melhorias nos terrenos e comprando máquinas agrícolas. Somente os camponeses médios – e isso demonstrava que eles estavam mais ligados ao passado do que ao futuro – conduziam uma economia de tipo tradicional, tirando seu sustento das suas terras, mas não podendo fazer quase nenhum investimento produtivo.

Fundos de colonização

Outro elemento que aparece recorrentemente na reflexão leninista é a existência de importantes fundos de colonização, isto é, de terras escassamente povoadas e localizadas nos confins do território do império (Lenin, 1969a, p.269-270, 594, 628-633). Essa peculiaridade da Rússia, segundo Lenin, mereceria outro livro, dadas as implicações da extensão do capitalismo e de sua esfera de dominação sobre novos territórios. Limita-se, entretanto, a notar que “graças à enorme superfície de terras livres e acessíveis à colonização que ela dispõe nos seus confins, a Rússia se beneficia de condições particularmente favoráveis em comparação com outros países capitalistas” (Lenin, 1969a, p.632). Mas focava sua atenção sobretudo nos efeitos que a existência dos fundos de colonização exercia sobre a formação do mercado interno, tema central da obra.

O primeiro desses efeitos concerne ao ritmo de desenvolvimento do capitalismo. É fato sabido que a população industrial aumenta em detrimento da população agrícola. No momento do surgimento das indústrias, o capital variável aumenta de modo absoluto pelo crescimento do número de operários industriais e do conjunto da população industrial e comercial. Na agricultura, ao contrário, o capital variável necessário à exploração de uma dada parcela de terra diminui de modo absoluto. Marx (1977, p.637) chamava a atenção para o fato de que o capital variável na agricultura aumentava apenas quando novas terras eram postas em cultivo. Entretanto, a relação população industrial/população agrícola é alterada sob a injunção de outros fatores. Como, por exemplo, quando ainda restam terras desocupadas no país, como era o caso na Rússia. Se expulsos das terras agrícolas da parte povoada do território, os habitantes podiam explorar as terras novas na

parte não povoada, e, em consequência, fazer crescer a população agrícola e, em certos casos, esse crescimento podia ser tão rápido quanto o crescimento da população industrial.

O segundo efeito dos fundos de colonização era a coexistência de dois tipos distintos de desenvolvimento capitalista. Na parte do país mais densamente povoada, onde as relações capitalistas já estavam em franca progressão, o capitalismo se desenvolveria em profundidade. Nos novos territórios, onde se introduziriam novas relações capitalistas, o capitalismo se desenvolveria em extensão (Lenin, 1969a, p.594; Goriouchkine, 1975, p.13-15). A possibilidade do desenvolvimento capitalista em extensão adiava a resolução das contradições características do desenvolvimento em profundidade do capitalismo nas regiões de ocupação antiga. Se não houvesse fundos de colonização, os obstáculos apostos ao desenvolvimento do capitalismo pela permanência de relações arcaicas no campo se tornariam insuportáveis e levariam a um aguçamento das contradições que só poderiam ser resolvidas por meio da abolição desses entraves. Sugere-se, assim, a possibilidade de a colonização de terras novas funcionar como uma válvula de escape, retardando o aprofundamento das contradições. Note-se que uma observação similar foi feita para o efeito da fronteira nos Estados Unidos (Lenin, 1969a, p.628; Barrington Moore, 1975, p.163).

Para Lenin, o campesinato russo não era avesso ao capitalismo; pelo contrário, ele constituía a sua base mais profunda e sólida, porque era justamente no interior da comunidade aldeã, longe de toda influência das cidades e malgrado a permanência de instituições retrógradas, onde se podia observar a formação contínua de elementos capitalistas; e porque era sobre o campesinato em especial que pesavam as tradições do regime patriarcal e era, portanto, aí que a ação transformadora do capitalismo no âmbito das forças produtivas e das relações sociais se manifestaria de modo mais contundente (1969a, p.180).

A importância dessas conclusões para o debate sobre a especificidade da Rússia é evidente, mas mais importante ainda foram as implicações políticas retiradas delas.

O projeto de programa de 1899 e o programa agrário da social-democracia em 1903

Já em *Quem são os amigos do povo*, de 1894 (1966a, p.143-360), e em outros escritos anteriores ao *DCR*, Lenin argumentara que, embora incipiente em muitos aspectos, estava se produzindo um desenvolvimento capitalista na Rússia. A reforma burguesa de 1861 abrira o caminho para esse desenvolvimento, e toda a história posterior da Rússia fora marcada pela expropriação do campesinato, pela sua diferenciação e pelo surgimento da burguesia agrária e do proletariado agrícola. Mas para que a contradição entre essas duas classes pudesse se desenvolver, era necessário eliminar previamente os numerosos restos do velho regime pré-capitalista.

No campo, a permanência das formas arcaicas era um fato indisputado. Porém, se por um lado a grande propriedade fundiária conservava largos traços semifeudais e sujeitava os camponeses necessitados de terras, por outro, podia-se observar nas fazendas senhoriais a introdução de novas culturas, o emprego de máquinas agrícolas avançadas, o recurso ao trabalho assalariado dos diaristas etc., o que tornava difícil distinguir na realidade as duas formas econômicas que muitas vezes coexistiam no interior de uma mesma propriedade. A apropriação pela nobreza dos *otrezki* subtraídos das comunidades rurais em 1861 era considerada uma das causas fundamentais da sujeição dos camponeses, uma vez que precisavam submeter-se às condições impostas pelos grandes proprietários para usar essas terras (que incluíam muitas vezes pasto e prados).

Além do sistema de prestação de trabalho e das formas de opressão feudal determinadas pela presença dos vastos latifúndios senhoriais, a sobrevivência do antigo modo de produção se manifestava nos inúmeros institutos jurídicos que limitavam a liberdade de dispor da terra por parte do camponês (por exemplo, a responsabilidade coletiva) e retardavam o processo de diferenciação social dentro da comunidade aldeã. Somente a completa destruição dos restos do regime servil tornaria possível que o antagonismo fundamental da moderna sociedade burguesa, isto é, a contradição de classe entre a burguesia e o proletariado se desenvolvesse livremente também no campo sob a forma de luta entre o proletariado agrícola e os capitalistas agrários.

Retirando as consequências dessa análise, o projeto de programa aprovado no congresso do Partido Operário Social-Democrata Russo (POS DR) de julho-agosto de 1903 e que suscitou vivas discussões durante as sessões, apresentou uma série de reivindicações destinadas a melhorar no imediato a situação dos camponeses pela eliminação do peso da opressão feudal. Propunha, em consequência, a abolição das “quotas de resgate”, isto é, das somas pagas pelos camponeses a partir da reforma de 1861 e dos outros tributos impostos à população agrícola, além da restituição das somas já pagas, mediante o confisco dos bens do clero e da nobreza e a introdução de um imposto sobre a grande propriedade dos nobres. Apresentava também outras reivindicações, como a abolição da responsabilidade coletiva e da legislação que impedia o camponês de dispor livremente da terra, e a abolição das relações servis ainda vigentes em algumas regiões do império. Exigia que se “concedesse aos tribunais o direito de rebaixar os preços abusivos dos arrendamentos e de declarar nulos os contratos de caráter leonino” (Lenin, 1966c, p.142).

Mas o ponto central do programa agrário era a reivindicação de restituição à comunidade rural das terras que foram subtraídas por ocasião da abolição da servidão (*otrezki*). Essas terras expropriadas dos camponeses constituíam nas mãos dos proprietários um instrumento de opressão, pois os camponeses eram obrigados a pagar pelo seu aluguel, já que ficaram com terra insuficiente. Por outro lado, a difusão das prestações de trabalho (resquício da corveia) e das outras formas de

dependência servil derivava diretamente do *otrezki*. Uma vez devolvidas as terras aos camponeses, o peso da opressão feudal tenderia a desaparecer e o aprofundamento da diferenciação no seio do campesinato faria aparecer a contradição principal entre proletariado rural e capitalistas agrários.

O programa agrário adotado pela POSDR em 1903, entretanto, não estava baseado apenas na análise leninista sobre as relações de classe no campo russo. Estava influenciado também pela grande discussão teórica que se travava no Partido Social Democrata da Alemanha (SPD) no final do século XIX, a propósito da questão agrária.

A discussão sobre a política que devia ser aplicada no campo estendeu-se a outros países europeus, inclusive à própria Rússia. Em suma, havia duas posições em confronto. De um lado, os que defendiam a ideologia oficial do SPD e os princípios fundamentais do programa de Erfurt (1891) e que partiam da premissa do inevitável declínio dos pequenos proprietários rurais (*Kleinbetrieb*) no âmbito da sociedade burguesa. Segundo essa corrente, tratava-se de convencer os camponeses de que a solução dos seus problemas econômicos só viria com a socialização da terra e dos outros meios de produção. De outro lado, estavam aqueles que defendiam os pequenos proprietários e chegavam a preconizar a ajuda do Estado para socorrê-los (os “revisionistas”). Essa corrente teve, por um breve momento, o apoio da maioria do partido. Mas Engels atacou-a em *A questão camponesa na França e na Alemanha* (1894), sustentando serem ilusórias as promessas de melhoria para os pequenos proprietários no âmbito da sociedade capitalista. Os social-democratas deveriam voltar sua atenção e propaganda para os proletários rurais, explicando-lhes que a saída para os seus problemas estava na propriedade coletiva de todos os meios de produção inclusive a terra.

O artigo de Engels e a tomada de posição de outros dirigentes do SPD como August Bebel deram novo ânimo à discussão. Em 1895, Kautsky conseguiu trazer a maioria do partido de volta às posições de Erfurt e a rejeitar as posições que as contradiziam. Certamente, Lenin e o partido social-democrata russo acompanharam com interesse o desenrolar da polêmica.

No projeto de programa de 1899, Lenin toma posição contra os “revisionistas” e a favor de Kautsky. Entretanto, insiste na peculiaridade da Rússia, como país que ainda não realizou sua revolução democrático-burguesa e, onde, por esse motivo, ainda existia uma questão camponesa. Voltou, portanto, sua atenção para os camponeses e considerou tarefa do partido social-democrata russo apoiar qualquer movimento revolucionário dirigido contra o absolutismo e elaborar um programa agrário que indicasse o caminho da liberação dos camponeses do jugo dos resíduos feudais.

O social-democrata russo, mesmo se figura [...] entre os adversários resolutos da proteção ou do apoio à pequena propriedade ou à pequena exploração agrícola na sociedade capitalista, isto é, mesmo se na questão agrária ele se situa [...] ao

lado desses marxistas a quem agora os burgueses e os liberais de toda laia gostam de chamar de “dogmáticos” e “ortodoxos”, pode e deve, sem renegar em nada as suas convicções, mas antes, pelo contrário, nelas se inspirando, preconizar que o partido operário faça figurar em sua bandeira o apoio ao campesinato (de nenhum modo como classe de pequenos proprietários ou pequenos patrões), na medida em que este campesinato seja capaz de lutar revolucionariamente contra os restos da servidão em geral e contra o absolutismo, em particular. (Lenin, 1959, p.248-249)

Essa era uma grande novidade no debate teórico e na prática política da social-democracia europeia. Todavia, o reconhecimento da parte de Lenin da necessidade de avançar uma série de reivindicações agrárias nascia da análise do caráter original da estrutura agrária russa e não significava adesão à linha política de tutela da pequena e média propriedade camponesa. Tratava-se, em resumo, de eliminar algumas formas econômicas e jurídicas atrasadas que obstaculizavam o desenvolvimento das forças produtivas e mantinham em condições semisservis a enorme massa rural (Cinnella, 1973, p.780).

Ao elaborar o projeto de programa, Lenin, apesar de externar seu apoio a Kautsky e aos adeptos do programa de Erfurt, insistia nas particularidades da Rússia, onde o campesinato ainda não havia se libertado da opressão feudal. Em consequência, sem deixar de pôr o acento sobre a luta de classe entre os capitalistas agrários e o proletariado rural, assinalava a necessidade de a luta no campo se desenvolver em dois planos: o plano da luta camponesa contra os resquícios do feudalismo e o plano da luta de classes entre os capitalistas agrários e os assalariados agrícolas. Na Rússia, o camponês ainda sofria em consequência da existência de relações de produção pré-capitalistas e das sobrevivências do regime de servidão, enquanto no Ocidente o campesinato já deixara de lutar contra o absolutismo e os vestígios da servidão porque estava imerso numa sociedade capitalista (Lenin, 1959).

Essa particularidade da situação na Rússia foi reconhecida no Programa de 1903, onde o apoio à luta camponesa contra os restos do regime feudal é propugnado, inclusive como “última tentativa”, “porque o próprio capitalismo russo em seu desenvolvimento realiza espontaneamente esse mesmo trabalho”, só que o faz pelo caminho da violência e da opressão (Lenin, 1966c, p.149).

Era novidade para o movimento operário europeu a elaboração de uma estratégia revolucionária fundada na luta de classes dentro do mundo rural. Mesmo em *A questão agrária* (1899), de Kautsky, que era o texto mais maduro e representativo da discussão no âmbito da II Internacional, faltava a indicação de uma perspectiva revolucionária capaz de mobilizar a massa camponesa. A agitação rural conduzida pelo movimento socialista era rigidamente balizada pela teoria da rápida proletarianização dos pequenos proprietários rurais. Não levando em conta as reais necessidades e as aspirações dos pequenos proprietários e limitando-se a indicar as vantagens da futura sociedade socialista, a social-democracia não conseguia

o apoio da grande massa rural. A linha política reformista da tutela da pequena e média propriedade camponesa tinha maior possibilidade de sucesso, mas levava inevitavelmente à transformação do partido operário num partido democrático popular. Enquanto isso, a organização e a mobilização do proletariado rural, que era um aspecto fundamental do movimento social-democrata, desenvolviam-se lentamente e não davam os resultados esperados (Cinnella, 1973, p.781-782).

Entretanto, de acordo com a análise de Cinnella, nesse momento o partido social-democrata russo ainda subdimensionava o peso dos aspectos feudais da sociedade russa e, em decorrência, subestimava a gravidade da situação camponesa e seu potencial revolucionário. Nesse aspecto, considera que os socialistas-revolucionários estavam mais próximos do movimento camponês, às vésperas da Revolução de 1905. Em todo caso, o próprio Lenin vai levar o partido à autocrítica no momento da elaboração do programa de 1905.

A Revolução de 1905 e o programa do POSDR de 1905-07

Do ponto de vista econômico, muito pouco fora alterado com a entrada em vigor da Reforma de 1861. As mudanças começaram a ocorrer graças ao desenvolvimento das indústrias e às medidas governamentais destinadas a promovê-las. O desenvolvimento industrial russo no final do século XIX foi possível, não obstante a insuficiência do mercado interno, por causa da intervenção estatal e se baseou numa superexploração da massa camponesa e no forte apoio do governo ao setor siderúrgico e mecânico (demanda do material ferroviário etc.) (Gerschenkron, 1976, p.124-126). Entretanto, o aumento de produtividade na agricultura era uma necessidade para o prosseguimento da industrialização, já que para pagar pela modernização o Estado russo tinha que estimular as exportações.

A fase de grande avanço industrial do último decênio do século XIX se acompanhava de uma grande estagnação do setor agrícola. No início do século XX, a enorme diferença existente entre uma moderna indústria tecnologicamente avançada e uma agricultura degradada pela presença do latifúndio feudal e do baixíssimo nível de consumo dos camponeses tinha se transformado na contradição fundamental do desenvolvimento econômico russo. Surgiu assim um paradoxo característico da Rússia: ao mesmo tempo em que se tornava um dos primeiros exportadores de cereais do mundo, o consumo *per capita* de alimentos entre os camponeses mantinha-se baixo e possivelmente decrescente, e as próprias zonas fortemente cerealíferas eram devastadas periodicamente por terríveis crises de fome. A Rússia vivia ainda as “crises de subsistência” que não se registravam na Europa desde 1850 e que nessa altura só encontravam paralelo na Índia: esse era um sinal do seu atraso (Kemp, 1987, p.160).

No início do século XX, a estreiteza do mercado interno estava bloqueando o ulterior progresso industrial do país. Outro ponto de estrangulamento eram as péssimas condições das comunicações, já que as ferrovias cresciam lentamente devido à necessidade de importar o material requerido. O afluxo de mão de obra

também era insuficiente pelas razões já apontadas (os obstáculos apostos pela legislação da comuna e a existência dos fundos de colonização). Por esses e outros motivos, a industrialização se processou com fraquezas notórias: a dependência contínua em relação ao capital estrangeiro, a necessidade de exportar produtos agrícolas retirados de um campesinato empobrecido, a ausência de indústrias para a produção de máquinas e ferramentas e as bases frágeis que o mercado interno oferecia para uma futura mecanização das indústrias de bens de consumo.

No plano social, o estado permanente de grave tensão existente no campo se unia ao fermento revolucionário das cidades industriais, onde a classe operária concentrada nas fábricas de grandes dimensões já começava a se organizar e a conduzir a luta por melhores condições de vida.

Os problemas enfrentados pela Rússia para continuar se industrializando desnudavam o atraso no qual estava mergulhado o campo e que a Reforma de 1861 não viera alterar, porque se não há como negar que a emancipação dos servos foi um passo importantíssimo para que o império russo começasse a preparar a transformação burguesa da economia e da sociedade, não se pode perder de vista que no curto prazo a reforma foi concebida para manter os privilégios feudais dos grandes proprietários e assim perpetuar o predomínio político da aristocracia fundiária no Estado russo. Embora o programa do POSDR de 1903 tivesse reconhecido a necessidade de levar a luta no interior do agro no plano da contradição entre todo o campesinato e os senhores de terra de tipo feudal, o fato é que dava muito mais atenção ao movimento operário nas cidades do que ao movimento camponês. Essa posição derivava principalmente das conclusões de Lenin no *DCR* e da crença de que o capitalismo já era dominante na Rússia, às vésperas da Revolução de 1905. Essa questão preocupou inúmeros estudiosos do marxismo nos anos 1920, mas só posteriormente o trabalho de historiadores soviéticos trouxe novos aportes para o debate, geralmente aceitos. As conclusões tendem a constatar uma muito maior presença do feudalismo no agro russo no período em questão do que transparecia no trabalho de Lenin.

Malgrado as mudanças, a comunidade rural ainda conservava a tradicional distribuição periódica da terra e a velha norma da “responsabilidade coletiva” que dificultava o êxodo rural. Os traços da servidão ainda eram fortes em algumas regiões (por exemplo, na Ucrânia ocidental e na Bielorrússia). A falta de delimitação clara entre as terras pertencentes aos grandes proprietários e os lotes destinados aos camponeses era generalizada, e o trabalho dos agrimensores prosseguia com muita dificuldade, quase sempre ocasionando longos processos judiciais. Era uma característica comum da paisagem agrária na Rússia antes e depois da Reforma de 1861 a difusão de faixas camponesas intercaladas em meio às terras senhoriais, distantes umas das outras. Muitas vezes os camponeses eram obrigados a atravessar as terras senhoriais inclusive com seus animais e a se submeter às condições estabelecidas pelos senhores para usufruir o direito de passagem. Aspecto emblemático, os castigos corporais só foram abolidos em 1903. As propriedades

eram imensas e pertenciam a uma mesma família por gerações, protegidas pelas cláusulas vinculantes do fideicomisso e do morgadio. E, por último, havia um atraso enorme em relação ao uso das técnicas agrícolas: ainda se utilizava a rotação trienal de cultura e o arado de madeira (Cinnella, 1973, p.789).

A enorme superpopulação agrícola colocava à disposição dos grandes proprietários uma ampla reserva de mão de obra barata, desestimulando os investimentos produtivos por parte dos senhores. Métodos de gestão capitalista eram empregados em algumas propriedades nobres da Rússia central, mas eram mais comuns na Ucrânia ocidental, na Bielorrússia (apesar das sobrevivências feudais presentes em ambas como foi dito acima) e nas províncias bálticas, em cujas modernas empresas agrícolas se empregavam trabalho assalariado, maquinário moderno, técnica racional etc. Mas até mesmo nos países bálticos, a região de maior desenvolvimento capitalista, os barões de etnia alemã continuavam utilizando o trabalho compulsório dos camponeses e concedendo um pequeno lote de terra aos seus trabalhadores assalariados. Por outro lado, na Rússia central a transformação capitalista das fazendas estava ainda no início e andava lentamente, obstaculizada pela existência de mão de obra abundante a baixo custo.

A escassez de terra à disposição da comunidade rural sujeitava de fato a família camponesa aos latifundiários que mantinham intacto o seu domínio econômico, oprimindo e explorando a abundante mão de obra. No final do século, a condição de vida da massa camponesa se agravou por causa do aumento da população rural. A criação do Banco Camponês (1883), feito para facilitar a aquisição de terra por parte dos camponeses, não resolvera o problema de fundo. O aumento incessante do preço da terra e do seu aluguel, consequência do aumento demográfico, piorava a situação da massa rural. A falta de terra levava os camponeses a aceitar sempre piores condições de trabalho para poder sobreviver.

A tese leninista da maciça proletarização dos camponeses pobres vista em perspectiva parece sublinhar demais a decomposição do campesinato e a formação de uma camada de capitalistas agrários e de proletários rurais no seu interior, o que levou a supor que a luta entre essas classes tivesse uma importância igual à oposição entre a massa camponesa e os grandes proprietários latifundiários. Estudos posteriores,⁷ ao contrário, fazem supor que a maciça difusão das relações feudais freava o processo de desagregação do mundo rural e impedia a consolidação dos negócios dos camponeses mais ricos. A proletarização dos camponeses só ocorria nas zonas de maior desenvolvimento capitalista (províncias bálticas etc.) onde já existia uma vasta quantidade de assalariados agrícolas cuja principal fonte de renda era a venda da força de trabalho. Na Rússia central, ao contrário, os

7 Como, por exemplo, o livro de Andrej Anfimov, *Krпnoe Pomesцice Chozjajstvo Evropejskoj Rossii. Konec XIX Nacalo XX Veka* [A grande fazenda senhorial na Rússia europeia no final do século XIX, começos do XX] (1969) e a sua comunicação no seminário organizado pelo Instituto Gramsci em Roma em abril de 1968, "Agricultura e sviluppo del capitalismo" (1970, p.89-109) nos quais Cinnella se baseia.

camponeses permaneciam ligados à terra e dependentes de fato dos grandes proprietários. A escassa difusão do trabalho assalariado era uma direta consequência da preponderância das formas econômicas feudais ou semifeudais. As atividades assalariadas não agrícolas dos camponeses, muito frequente no campo russo (nas quais se quis enxergar um sinal claro de proletarização), tinham na realidade um caráter ocasional e serviam para complementar os parcos rendimentos dos seus lotes de terra. Nas regiões agrícolas da Rússia central, conservavam-se intactas no final do século XIX as relações feudais herdadas da época da servidão da gleba. O processo de diferenciação social entre os camponeses apenas começara e ainda não assumira a forma de uma contradição de classe entre capitalistas agrários e proletariado agrícola. A verdadeira luta de classe ocorria entre a massa camponesa de uma parte e os grandes proprietários de terras de outra.

Em 1905, na esteira da guerra com o Japão, o descontentamento dos camponeses eclodiu numa escala vasta, acompanhado por greves e levantes. Seguiu-se uma repressão severa, mas o governo que se assustara fez algumas concessões políticas para as camadas médias e promulgou uma reforma do sistema agrário que indicava uma mudança de rumo. A propriedade camponesa individual da terra foi finalmente estabelecida e o futuro do *mir* foi selado. De 1906 a 1911, uma série de leis encorajou a conversão da propriedade comunal em propriedade privada, e também a consolidação de faixas de terras em unidades compactas. A permanência do *mir* estava descartada.

A nova política veio associada ao nome de Peter Stolypin (1862-1911), antigo ministro do Interior que se tornou primeiro-ministro em 1906. O princípio básico da reforma de Stolypin consistia em permitir que a fazenda camponesa individual saísse do *mir*, transformando-se em propriedade fundiária privada. A liquidação dos campos abertos e a consolidação de um tipo individualista de agricultura ainda iam demorar algumas décadas, mas esses eram os objetivos da Reforma. Outro de seus objetivos consistia em encorajar os camponeses a reivindicar o título de propriedade em relação às faixas de terra que cultivavam. Em alguns casos, o camponês era aconselhado a vender a sua terra e a comprar um lote fechado e isolado noutra local. A ideia era que os camponeses com iniciativa deixariam o *mir*, apressando assim o processo de diferenciação da massa camponesa. Além da liberdade de sair da comuna e o direito ao lote individual, estava prevista a abolição da administração cantonal e do tribunal cantonal e sua substituição por instituições que englobavam o conjunto da população, como o *zemstvo* cantonal e a justiça de paz. Por último, havia dispositivos regulamentando a colonização da Sibéria. Mas a reforma não tocava na grande propriedade, para não desagradar os nobres (Kemp, 1987, p.165-166).

A revolução e a iniciativa do governo de Stolypin foram devidamente analisadas em *O programa agrário da social-democracia na primeira revolução russa*, escrito em novembro-dezembro de 1907, resultado de pelo menos onze anos de estudos sobre as vias históricas de desenvolvimento do capitalismo no campo, em

que Lenin se empenhara com o objetivo de elucidar a questão agrária concreta na Rússia. Nele encontramos, entre outras contribuições, uma evolução na análise do papel revolucionário do campesinato na revolução burguesa. Com efeito, um dos aspectos mais importantes do documento é a crítica que faz ao programa agrário de 1903 e o aprofundamento da compreensão do momento revolucionário que a Rússia vivia.

Na crítica, Lenin reconhece que o programa de 1903 representou um avanço em relação às teses abstratas que predominavam na esquerda até então, mas admite que, ao tentar concretizar as reivindicações do campesinato (a principal das quais, naquele momento, era a devolução dos *otrezki*), baseara-se numa premissa errônea, ou seja, na hipótese de que era possível separar no plano da luta as terras tiradas dos camponeses (*otrezki*) e as terras exploradas sob o modo capitalista de produção. Essa separação era falsa porque, na prática, o movimento de massas camponês não podia se dirigir contra categorias particulares de terras senhoriais, mas somente contra a grande propriedade latifundiária em geral. Em consequência, embora o programa colocasse uma questão inédita até então (a da luta entre os interesses dos camponeses e os interesses dos grandes proprietários fundiários no momento da reforma), ele não o fez corretamente. Lenin atribui essa falha à ausência, quando da elaboração do programa, de um movimento de massas que, na prática, explicitasse a natureza do problema. Não havia certeza sobre o grau de diferenciação no seio do campesinato, nem sobre o grau de separação entre os interesses dos camponeses e dos proletários agrícolas. Portanto, o erro essencial do programa agrário de 1903

consistiu na ausência de uma ideia concreta sobre a questão de saber em torno do que podia e devia se desenvolver a luta agrária durante a revolução burguesa russa, e quais eram os tipos de evolução agrária capitalista, objetivamente possíveis quando da vitória de uma ou outra das forças sociais engajadas nessa luta. (Lenin, 1967b, p.271)

Lenin afirma concisamente que “o problema agrário constitui a base da revolução burguesa na Rússia e determina a peculiaridade nacional desta revolução”. Em outros termos, queria dizer que, na revolução em curso, o ponto central era a luta dos camponeses para acabar com a propriedade latifundiária, com os restos da servidão e com todas as instituições sociais e políticas da autocracia czarista. Ao mesmo tempo, desaparecia a dúvida quanto à natureza revolucionária da luta do campesinato para varrer os vestígios feudais concretizados não apenas na opressão dos senhores de terras, mas também na opressão exercida pela comuna e seus ditames.

Por outro lado, o aprofundamento do papel da ação revolucionária do campesinato e das reformas empreendidas pela autocracia como resposta a esse movimento levaram Lenin à compreensão dos tipos de evolução agrária capitalista *objetiva-*

mente possíveis, ou seja, à elaboração da tese das duas vias para o capitalismo, que tanta atenção mereceu dos estudiosos do marxismo.⁸

Lenin, na sua bem conhecida tese, colocou a questão do seguinte modo: ou bem a antiga propriedade agrária nas mãos dos grandes proprietários e da autocracia czarista seria adaptada ao capitalismo por Stolypin, ou seriam as massas camponesas que teriam a iniciativa de derrubar o poder dos grandes proprietários de terra e do czar. No primeiro caso, a adaptação seria feita através de reformas e teria um caráter híbrido e interminável, resultando num desenvolvimento mais lento das forças produtivas, numa democracia atrofiada; nesse caso, a Rússia sofreria ainda por um longo período a dominação do tipo dos *Junkers* da Prússia.

No segundo caso, uma adaptação revolucionária destruiria os grandes domínios, e essa destruição seria em benefício da massa camponesa e não dos latifundiários (1967b, p.281). Um desenvolvimento muito mais rápido das forças produtivas adviria desse segundo caminho. A essa via Lenin chamou de americana (1967a, p.444-445).

Ao detalhar as características da via “americana”, além de mencionar os aspectos positivos de um desenvolvimento capitalista que tivesse por base a massa livre dos *farmers*⁹ originários da economia camponesa, desembaraçada de qualquer exploração latifundiária, Lenin indica as condições da sociedade russa que proporcionavam a base econômica para isso:

E o gigantesco fundo de colonização da Rússia, cujo aproveitamento se acha dificultado em grau infinito pela opressão feudal da massa camponesa na Rússia propriamente dita e pela atitude burocrático-feudal ante a política agrária, garante a base econômica para ampliar a agricultura em imensas proporções e aumentar a produção tanto em profundidade como em extensão. (Lenin, 1967a, p.444)

Ali onde o desenvolvimento do capitalismo encontrava menos obstáculos, isto é, nas regiões fronteiriças, onde os camponeses sofriam menos de escassez de terras, do trabalho servil e da carga tributária, era onde as mudanças poderiam ocorrer mais rapidamente (Velho, 1979, p.83). Mas todo esse desenvolvimento se via bloqueado também pela dominação exercida sobre o Estado russo pela aristocracia latifundiária.

Mais uma vez aparecia com clareza que o latifúndio era o problema central da luta agrária da revolução russa e a luta dos camponeses pela terra devia ser encarada principalmente como uma luta pela supressão dos latifúndios. Sua supres-

8 Lenin já esboçara a tese das duas vias em 1900, no artigo “*Une Critique Acritique*”, ao responder às críticas feitas ao DCR. Comentando a Reforma de 1861, afirma que quanto mais terra os camponeses tivessem recebido por ocasião da emancipação, mais amplo e rápido teria sido o desenvolvimento do capitalismo, mais alto seria o padrão de vida da população e em suma mais o desenvolvimento econômico da Rússia teria se assemelhado ao da América (1969b, p.664).

9 Lenin evita o termo *kulak*, sempre usado em sentido negativo.

são e a passagem das suas terras para as mãos dos camponeses seguiriam a linha da evolução mais rápida das forças produtivas, melhores condições de trabalho para a massa da população, e desenvolvimento mais rápido do capitalismo. Essas modificações seriam acompanhadas pela transformação dos camponeses livres em *farmers*. A alternativa, a outra via de evolução burguesa da agricultura, isto é, a da conservação das explorações senhoriais e dos latifúndios que se transformariam lentamente em explorações de tipo dos *Junkers* alemães, também desenvolveria o capitalismo, mas mantendo a “superestrutura” feudal e aumentando a miséria e a violência sobre os camponeses.

Consequentemente, o programa dos social-democratas apoiava as reivindicações dos camponeses, que eram basicamente a nacionalização do solo, a liberdade de locomoção, o individualismo agrário e a instauração de um governo que promovesse até o fim a revolução democrática-burguesa. A questão da nacionalização do solo suscitou debates e a oposição dos socialistas-revolucionários. Lenin defendeu a reivindicação apelando para o critério econômico. A nacionalização burguesa da terra permitiria o desenvolvimento mais rápido das forças produtivas na agricultura. O próprio Marx já dissera que o capitalismo só podia se beneficiar com a abolição da renda absoluta da terra. Defendendo-se dos críticos socialistas-revolucionários, Lenin afirmava que Marx nunca defendeu a pequena indústria contra a grande, mas nos anos 1840 defendeu os pequenos fazendeiros americanos contra os grandes proprietários escravistas, pela liberdade da terra e pela abolição da propriedade privada da terra na América. Em 1848, defendeu as pequenas explorações camponesas alemãs contra os senhores feudais e propôs o parcelamento dos grandes latifúndios. A única ressalva para que a nacionalização do solo fosse de fato uma medida a favor dos camponeses era a derrubada do Estado policialesco do Império czarista e a criação de uma República Democrática (1967b, p.280). Esse de todo modo era o horizonte das lutas camponesas, pois ao mesmo tempo em que os camponeses eram os principais aliados do proletariado na derrubada do czarismo, a luta pelo socialismo não fazia parte das suas reivindicações, como aparece claramente no programa.

Referências bibliográficas

- BARRINGTON MOORE Jr. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. Tradução de Maria Ludovina Couto. Lisboa/Santos: Edições Cosmos/Martins Fontes, 1975.
- BETTELHEIM, Charles. *A luta de classes na União Soviética*. 2v. 2.ed. Tradução de Bolívar Costa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- CINNELLA, Ettore. Il programma agrario della socialdemocrazia russa. *Studi Storici*. Anno XIX, n.4, Istituto Gramsci Editore, 1973, p.760-801.
- ENGELS, Friederich. Nachwort (1894). In: MARX, Karl; ENGELS, Friederich Engels. *Werke*. v.22. 3.ed. Berlim: Dietz, 1972, p.432.
- GERSCHENKRON, Alexander. *Economic Backwardness in Historical Perspective*. 3.ed. Cambridge: Harvard University Press, 1976.

- GORIOUCHKINE, L. L'extension du capitalisme et le caractère de l'évolution capitaliste agraire dans la Russie de la période impérialiste, *Recherches Internationales à la Lumière du Marxisme*, v.4, n.85, 1975.
- KEMP, Tom. *A Revolução industrial na Europa do século XIX*. Tradução de José Marcos Lima, Lisboa: Edições 70, 1987.
- LENIN, V. Ce que sont les amis du peuple. *Œuvres*, tome 1, Paris/Moscou: Editions sociales/Editions du progrès, 1966a, p.143-360.
- . Le développement du capitalisme en Russie. *Œuvres*, tome 3, Paris/Moscou: Editions sociales/Editions du progrès, 1969a, p.27-645.
- . Une critique acritique. *Œuvres*, tome 3, Paris/Moscou: Editions sociales/Editions du progrès, 1969b, p.647-674.
- . Projet de programme pour notre parti. *Œuvres*, tome 4, Paris/Moscou: Editions sociales/Editions du progrès, 1959, p.233-261.
- . Remarques sur le second projet de programme de Plêkhanov» (1902). *Œuvres*, tome 6, Paris/Moscou: Editions sociales/Editions du progrès, 1966b, p.31-52.
- . Programme agraire de la social-démocratie russe (1903). *Œuvres*, tome 6, Paris/Moscou: Editions sociales/Editions du progrès, 1966c, p.105-150.
- . Programme agraire de la social-démocratie dans la première révolution russe de 1905-1907. *Œuvres*, tome 13, Paris/Moscou: Editions sociales/Editions du progrès, 1967a, p.229-452.
- . Quelques remarques à propos de la “réponse” de P.Maslov (1908). *Œuvres*, tome 15, Paris/Moscou: Editions sociales/Editions du progrès, 1967b, p.264-285.
- . De la structure sociale du pouvoir. *Œuvres*, tome 17, Paris/Moscou: Editions sociales/Editions du progrès, 1968, p.141-162.
- . *Imperialismo fase superior do capitalismo* (1917). 4.ed. Tradução de Olinto Beckerman. São Paulo: Global, 1987.
- MARX, Karl. *O capital*. v.3, 6.ed. London: Lawrence & Wishart, 1977.
- . *Œuvres*, v.2. Paris: Editions Pleiade, 1968.
- MARX, Karl; ENGELS. Prefácio à edição russa do Manifesto Comunista (1882). *Obras escolhidas*. 2.ed. Rio de Janeiro: Vitória, 1961, p.15-16.
- SKAZKINE, S.D. Problèmes fondamentaux du deuxième servage en Europe centrale et orientale. *Recherches Internationales à la Lumière du Marxisme*, n.63-64, 2º e 3º trimestres, 1970, p.15-46.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. 2.ed. São Paulo: Difel, 1979.

CONSULTE A BIBLIOTECA VIRTUAL DA *CRÍTICA MARXISTA*

<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>

CRÍTICA marxista

As formas da mais-valia

Jorge Grespan

A formação da crítica de Marx à economia política

Marcello Musto

Que método Marx ocultou?

Helmut Reichelt

A origem da noção de ontologia de Lukács (final)

Nicolas Tertulian

Marini: dependência e intercâmbio desigual

João Machado Borges Neto

33

Gramsci e o PCI: duas concepções de hegemonia

MASSIMO SALVADORI

Resumo: O artigo analisa o uso que o Partido Comunista Italiano faz da obra de Gramsci, especialmente no que se refere ao conceito de hegemonia presente nos *Cadernos do cárcere* e à formulação da via ao socialismo. Conclui o autor que a linha política do PCI de constituir o compromisso histórico e de negar o leninismo está em completo desacordo com a análise de Gramsci, que funda sua teoria da hegemonia na problemática leninista da ditadura do proletariado.

Palavras-chave: Gramsci, PCI, Hegemonia, Ditadura do proletariado, Leninismo.

Abstract: The article analyzes the use of Gramsci's work by the Italian Communist Party (in Italian: PCI), especially with regard to the concept of hegemony present in the *Prison Notebooks* and the formulation of the road to socialism. The author concludes that PCI's political line that aims to constitute the historical compromise and deny Leninism is in complete disagreement with Gramsci's analysis, which bases his theory of hegemony on the leninist problematic of the dictatorship of the proletariat.

Keywords: Gramsci, PCI, Hegemony, Dictatorship of the proletariat, Leninism.

Lenin: a questão agrária na Rússia

LIGIA MARIA OSORIO SILVA

Resumo: Entre a publicação de *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* (1899) e a elaboração de *O programa agrário da social-democracia na primeira revolução russa* (1905-1907), a evolução das ideias de Lenin a respeito do movimento camponês e da questão da terra levou-o a rever certas formulações e a enunciar a tese das duas vias possíveis para o desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Centraremos nossa atenção sobre as reformas de 1861 e 1906 e suas consequências para a aldeia camponesa (*mir*) e para a luta de classes no campo.

Palavras-chave: Servidão, Aldeia camponesa, Fundos de colonização, Reforma agrária.

Abstract: Between the publication of *The Development of Capitalism in Russia* (1899) and the development of *The agrarian program of social democracy in the first Russian revolution* (1905-1907), the evolution of Lenin's ideas about the peasant movement and the issue of land led him to revise certain formulations and to enunciate the thesis of the two possible pathways for the development of capitalism in Russia. We will center our

attention on the reforms of 1861 and 1906 and its consequences for the peasant village (*mir*) and the agrarian class struggle.

Keywords: Serfdom, Peasant village, Colonization land, Agrarian reform.

Questões filosóficas decorrentes das traduções das *Teses sobre Feuerbach*

SÍLVIO CÉSAR MORAL MARQUES

Resumo: Analisando-se as diferentes traduções das *Teses sobre Feuerbach* são evidenciados problemas filosóficos. Assim, esse trabalho procura expor as questões que estão atreladas a tais escolhas, cotejando 22 diferentes traduções. Para tanto, selecionaram-se 25 termos considerados centrais na compreensão do texto, estudados segundo sua etimologia e implicações filosóficas, sublinhando aspectos nem sempre levados em conta nos estudos da obra de Marx.

Palavras-Chave: Teses sobre Feuerbach, Terminologia de Marx, Questões filosóficas.

Abstract: Analyzing different translations of *Theses on Feuerbach*, some philosophical problems emerge. Thus, the study aims to show these questions by comparing twenty two different translations (twelve in Portuguese, two in English, four in French, and four in Spanish). In this sense, were selected twenty five terms considered essential to understand the text, which was analyzed according to its etymology and philosophical implications, with no intention to exhaust others interpretations, but emphasizing some aspects not always taken into account on studies regarding Marx's writings.

Keywords: Theses on Feuerbach, Marx's terminology, Philosophical issues.